

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Clandestinos debates no Brasil da ditadura: 1974-1978

Rosalba Lopes*

Resumo: O trabalho faz parte da tentativa de analisar o processo vivido pelas esquerdas brasileiras após a derrota da perspectiva da luta armada. Abordaremos apenas o período que vai de 1974 a 1978, sendo que a intenção constrói-se a partir de um diálogo com aquelas análises que buscam desvendar o processo vivido pelas esquerdas brasileiras que viveram o exílio. Como teria ocorrido em terras brasileiras? É a questão que nos move na presente reflexão. Acreditamos que também no processo vivido internamente destaca-se a importância da imprensa. Assim, pretendemos acompanhar os jornais MOVIMENTO e EM TEMPO, vale dizer, aquela parte da imprensa alternativa que teria se tornado sucedânea de organizações políticas clássicas e, dentro destes jornais, centrarmos nossas análises naquelas seções identificadas como espaço de expressão de organizações político partidárias.

Palavras-chave: esquerdas brasileiras, imprensa alternativa, partidos políticos.

Abstract: Le travail fait partie de la tentative d'analyser le processus vécu par les gauches brésiliennes suite à la défaite de la perspective de la lutte armée. Nous n'aborderons que la période allant de 1974 à 1978, considérant que l'intention se construit à partir d'un dialogue avec les analyses qui cherchent à dévoiler le processus vécu par les gauches brésiliennes ayant vécu l'exil. Comment cela se serait-il passé en terres brésiliennes? Voilà la question qui nous fait réfléchir. Nous croyons aussi que, dans le processus vécu internement, l'importance de la presse est à souligner. De sorte que nous prétendons accompagner les quotidiens MOVIMENTO et EM TEMPO, c'est-à-dire, cette partie de la presse alternative qui serait devenue l'ersatz des organisations politiques classiques et, dans ces quotidiens, nous analyserons plus spécifiquement les rubriques identifiées comme espace d'expression des organisations politico-partidaires.

Mots-clés: gauches brésiliennes, presse alternative, partis politiques.

Estas reflexões fazem parte da tentativa de analisar o processo vivido pelas esquerdas brasileiras após a derrota da perspectiva da luta armada. Abordaremos apenas o período que vai de 1974 a 1978, construindo a intenção a partir de um diálogo com as análises de Denise Rollemberg, sobretudo no artigo intitulado *Debate no exílio: em busca de renovação* (no prelo). No trabalho a autora busca desvendar o processo vivido pelas esquerdas brasileiras que viveram o exílio e que poderia ser sintetizado como um embate entre a permanência e a mudança. Suas análises tomam a imprensa como um lugar privilegiado para a reflexão acerca da maneira como a esquerda incorporou temáticas que até então desconsiderava ou secundarizava.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bolsista CNPq.

Nossa tentativa será, em paralelo, a de analisar o processo vivido pelas esquerdas que, clandestinas, sobreviviam no país na década de 1970, utilizando o mesmo tipo de fonte de pesquisa, pois acreditamos que também no processo vivido internamente destaca-se a importância da imprensa. Pela força do argumento resgato as análises de Bernardo Kucinski:

*[...] a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. [...].
Entre 1974 e 1977, [...], a história das esquerdas brasileiras praticamente se confunde com a história da imprensa alternativa (KUCINSKI, 1991: XVI-XVII, grifo nosso).*

Voltemos ao diálogo com as análises de Denise Rollemberg. Em seu trabalho, sobretudo a partir da análise da revista *Debate*, a autora descreve um processo de “autocrítica, de ampliação dos temas discutidos e de convivência com o pluralismo de posições” através das temáticas que considera mais relevantes na revista publicada de 1970 a 1982. Salienta:

Na Debate, encontram-se artigos sobre internacionalismo, partido, democracia, feminismo, racismo, movimento sindical, luta armada e revolução. À medida que os temas eram tratados, surgiam análises da realidade brasileira e perspectivas para a sua transformação (ROLLEMBERG, no prelo: 4).

Como teria ocorrido em terras brasileiras? É a questão que nos move nesta primeira aproximação com as fontes de pesquisa.

A consideração do recorte clandestinos/exilados despertou o desejo de melhor explorar a sensação deixada por grande parte das análises de que, por um lado, haveria diferenças profundas entre o processo vivido no exílio e o vivido em terras brasileiras, e por outro, a idéia de que o processo de mudanças se inicia no Brasil com a volta dos exilados, no final da década de 1970. Em grande parte dessas análises prevalece uma idéia de ruptura:

*[...] o exílio colocava os revolucionários em contato com discussões que ampliavam a visão de mundo, tais como a democracia, o eurocomunismo, o socialismo realmente existente, o feminismo, os direitos humanos etc. [...]
[...] O fracasso, sobretudo depois de então, foi tão avassalador, que criou um fosso entre os que estavam no exterior e o país. Não havia um processo de luta em curso que pudesse fazer a ligação. As referências estavam, de fato, profundamente abaladas (ROLLEMBERG, no prelo: 3, grifo nosso).*

As análises que propomos insinuam uma sintonia entre os processos. As mesmas temáticas encontradas na revista *Debate* surgem nos periódicos analisados, havendo sintonia, ao menos, na cronologia dessa ocorrência. O tratamento dado às fontes é, assim, marcado por este horizonte comparativo ou dialógico.

Acerca das fontes: os jornais MOVIMENTO e EM TEMPO

Um primeiro aspecto a ser ressaltado vincula-se à multiplicidade de projetos e de profissionais que formaram a imprensa alternativa. O que identificaria os diversos componentes seria o combate político-ideológico à ditadura, a crítica ortodoxa ao capitalismo e ao imperialismo (KUCINSKI, 1991: XV). Segundo as análises do autor, a história da imprensa alternativa no Brasil é, em grande medida, a história de uma articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Interessa-nos considerar, sobretudo, a voz destes últimos.

Destacaremos o período que se inicia com a derrota da luta armada e o refluxo das manifestações no espaço público, processos que marcam o ano de 1974 e que abririam uma das fases mais ricas da imprensa alternativa, sobretudo, quando os primeiros presos políticos com penas já cumpridas reintegram-se à vida civil através dos jornais alternativos. Ao final da década, as lutas no espaço público teriam forçado a retomada do jornalismo crítico pela grande imprensa e, nessa medida, uma diminuição no impulso jornalístico necessário para a criação dos alternativos. Neste momento ampliam-se os espaços para a existência de organizações explicitamente partidárias, ainda que não tivessem expressão no quadro das instituições legais.

Selecionamos aqueles jornais nos quais teria predominado o ativismo político e dentro destes, aquelas seções identificadas como sendo o espaço de expressão dos militantes clandestinos e, portanto, de organizações político partidárias. Ao analisar a história destes jornais/partidos Kucinski descreve, nos diversos casos, um processo que se inicia com a construção de um espaço plural marcado pela diversidade e na seqüência a partidarização do empreendimento. Como desdobramento, os rachas e a criação de novos jornais (KUCINSKI, 1991: XX). Embates entre a permanência e a mudança? Partilhamos deste pressuposto.

Assim vejamos, o jornal MOVIMENTO nasceu de uma cisão ocorrida no interior do jornal OPINIÃO que fora criado em 1972. No novo coletivo torna-se explícito o programa político de frente ampla, atraindo um grande número de ativistas políticos. O detalhamento deste processo de formação permite que se vislumbre, sobretudo pela multiplicidade de grupos que o compõem, a abrangência da fonte e a possibilidade de vê-la como um indicativo do processo vivido pelas esquerdas brasileiras num sentido mais geral:

Praticamente todos os remanescentes de antigos grupos se aproximaram de MOVIMENTO e apóiam o projeto: antigos militantes da POLOP, da Dissidência e da Ala Vermelha, [...], remanescentes do COLINA, da ALN, ex-membros da AP que rejeitaram a fusão com o PC do B e alguns intelectuais do PC. Também se aproxima do MOVIMENTO um grupo novo, de estudantes de Belo Horizonte, [...] posteriormente conhecido pelo nome Centelha [...] (KUCINSKI, 1991: 290).

Todavia, a despeito do pluralismo inicial, o jornal acabou por constituir um caso paradigmático do processo de partidarização que teria se iniciado já no final de 1975, e atingido seu auge a partir de março de 1977. No desenrolar do processo podemos acompanhar os percursos do PC do B, cujas ligações com o jornal são clandestinas e se efetivam através da figura de Duarte do Lago Brasil Pacheco Pereira, autor dos *Ensaio Populares*, importante seção do MOVIMENTO (KUCINSKI, 1991: 74). Por via de conseqüência, as divergências desembocaram na ruptura que se consolidará em 1977, levando à formação do jornal EM TEMPO. No momento de ruptura amplia-se novamente, ainda que por curto período, a abrangência da pesquisa. Vejamos o novo jornal.

O novo periódico nasce à medida que se consolidam no interior do MOVIMENTO os pressupostos defendidos pelo PC do B: aliança com setores da burguesia, visão etapista da revolução brasileira, luta por liberdades democráticas e por uma Assembléia Nacional Constituinte. Os descontentes expressariam uma segunda vertente de esquerda que “[...] além de negar as teses etapistas, defendia a organização das classes trabalhadoras como única saída não-autoritária para a crise do autoritarismo” (KUCINSKI, 1991: 355). Essa vertente seria formada por quase todos os demais grupos de esquerda, notadamente a facção da antiga AP que não aderira ao PC do B; grupos trotskistas; MEP; Libelu e, mais tarde, a Democracia Socialista (DS) nascida da articulação dos grupos Centelha e Nova Proposta, ocorrida dentro do EM TEMPO (KUCINSKI, 1991: 348-349). A constituição desta dissidência marcaria, para Kucinski, o surgimento de uma *nova esquerda* caracterizada pela defesa da construção de uma democracia de trabalhadores e não de uma ditadura do proletariado. A análise desse jornal pode, então, ajudar na compreensão do processo vivido por estas esquerdas, sobretudo, no que tange à concepção da relação entre partido e sociedade. Nesta medida, permite a mensuração de uma eventual transformação de um dos elementos marcantes na cultura política das esquerdas brasileiras, qual seja, o vanguardismo¹.

¹Entendido como a atitude de toda vanguarda que se relaciona com as bases mantendo uma perspectiva hierárquica, substitucionista e programaticamente auto-referida. Conforme vasta bibliografia, essa lógica teria definido a ação política da quase totalidade dos partidos e organizações da esquerda marxista brasileira. Cf. REIS FILHO, 1990.

Públicas opiniões, clandestinos debates no Brasil da ditadura: partido político e sentidos da democracia

Pretende-se uma análise que percorra momentos distintos dentro do mesmo periódico², buscando os elementos que conferem sentido à expressão nova esquerda e que, a despeito das permanências, colocam em evidência mudanças ocorridas. O processo poderia ser tomado como expressão de uma autocrítica? Em que medida? Tais interrogações levaram à seleção de diversas temáticas, dentre as quais selecionamos para a presente reflexão apenas a questão do partido político e a discussão sobre os sentidos da democracia.

Já fizemos referência ao fato de o surgimento do jornal MOVIMENTO ter trazido em seu bojo, a partir da cobertura das eleições de 1974, uma questão mais genérica que dizia respeito ao como posicionar-se frente à existência deste espaço institucional, ainda que limitado. Tanto as instituições, quanto as liberdades democráticas entravam, pois, em discussão. Por outro lado, surgem temáticas novas como as questões vinculadas à situação da mulher, ou ainda a problematização das questões étnicas. O acompanhamento de tais discussões tem revelado uma riqueza insuspeita, entretanto, devido às limitações do espaço não serão aqui abordadas.

O primeiro número de MOVIMENTO foi publicado em abril de 1975, embora só se torne regular a partir de julho daquele ano. Ainda experimental este primeiro número com cerca de sete páginas³, traz um título imenso que mostra a centralidade adquirida pela questão democrática: “*Nasce um jornal dirigido por um conselho eleito pela redação, feito com o trabalho e o dinheiro de mais de 300 pessoas, entre as quais mais de 100 jornalistas; nasce um jornal democrático: MOVIMENTO*” (MOVIMENTO, nº experimental: abril/1975). Destacamos neste artigo, que tem prosseguimento no interior do jornal e é assinado por Raimundo Pereira, um dos itens da exposição dos motivos que levaram ao racha, visto que expressa uma outra preocupação importante: o distanciamento em relação aos trabalhadores e, na esteira desta discussão, a questão do partido político:

²A pesquisa acompanhou o jornal MOVIMENTO, publicado semanalmente, ao longo do período de abril de 1975 a junho de 1977. Tomamos os números 1 a 20 (julho de 1975 a novembro de 1975) como expressivos da 1ª fase da história do jornal, marcada pela pluralidade de posições. A segunda etapa, na qual se constrói o processo de partidarização iniciar-se-ia no número 21 estendendo-se até o final da existência do jornal. Para efeito analítico esta etapa foi dividida em dois conjuntos: o primeiro, tentando captar a construção da preponderância das visões defendidas pelo PC do B centra-se na análise do número 21 a 52 (novembro/1975 a junho/1976), enquanto o segundo conjunto busca captar as mudanças ocorridas no interior das esquerdas em 1977, que inclusive levará ao racha no jornal, e centra-se na consideração dos números 79 a 104 (janeiro a junho de 1977). Por fim, consideramos os seis primeiros números do jornal EM TEMPO (novembro de 1977 a março de 1978), quando era publicado quinzenalmente.

³Ao longo do período estudado o jornal tinha em média 24 páginas, chegando a 28 em determinados momentos.

[...] se decidiu por unanimidade que se pretendia um jornal mais popular e que, [...], falasse de temas que pudessem interessar a esses trabalhadores e numa linguagem que pudesse ser entendida por eles [...]. Disso decorreu uma preocupação [...] em descrever as condições de vida das massas, apresentar a cena brasileira, [...](MOVIMENTO, nº experimental, abril/1975: 6).

Também na exposição dos objetivos do jornal destacamos uma das linhas norteadoras do empreendimento: “acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas [...]” (MOVIMENTO, nº experimental, abril/1975: 5). Tais temas destacam-se desde a publicação dos primeiros números.

A coluna *Ensaio Populares* publicada neste jornal tornou-se o espaço no qual mais se manifestou a lógica dos “ativistas políticos”. Assim, se na primeira fase do jornal ela se propunha a *fazer a educação popular*, aos poucos vai definindo posições políticas e passa a desempenhar o papel de símbolo ou comprovação de existência de uma determinada hegemonia política no jornal. Nesta segunda fase destacam-se as posições do PC do B e de parte da AP, transmitidas, sobretudo, através da figura de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira (AP), ainda que isso se desse de maneira secreta e a partir da clandestinidade (KUCINSKI, 1991: 298).

De fato, a análise de *Ensaio Populares* revela que durante o período que estamos considerando como uma fase marcada pela pluralidade os temas tratados são diversificados⁴. Entretanto, paulatinamente, a coluna se tornará o espaço privilegiado para a discussão do cenário político brasileiro. Virão à tona através desta coluna tanto as principais divergências entre as correntes que formam o jornal, como o processo que levará ao predomínio das posições defendidas pelo PC do B. Acompanhemos o processo.

Em novembro de 1975, no número 21, notam-se mudanças no jornal. O Conselho de Redação sofre mudanças com a entrada de novos membros. A coluna *Ensaio Populares* publicada sob o título *As correções e as soluções: o modelo econômico está em crise e as soluções devem ser buscadas fora dele* (MOVIMENTO, nº 21, nov./1975: 2) provoca polêmicas. Nela discutem-se as medidas anunciadas pelo governo para conter a crise econômica que o país atravessava. O artigo ressuscitava algumas expressões malditas para a nova esquerda como imprensa nacionalista e democrática, além de propor um novo modelo baseado no consumo popular, na valorização do mercado interno e na reforma agrária,

⁴Esta fase seria representada, grosso modo, pelos 20 primeiros números, dos quais, cinco dedicam-se a temas diversos, tais como os números 1, 2, 7 e 10, que discutem, respectivamente, o Código de Processo Civil e a questão da mulher; a situação do índio no Brasil; o Código Civil e a questão dos filhos legítimos e ilegítimos; a História da luta pela independência do país. Outros seis números não publicam a coluna: números 3, 4, 5, 16, 17 (dois exemplares têm este número).

remetendo diretamente à tese terceiro-mundista da China (KUCINSKI, 1991: 308). Além disso, o caminho para a construção deste novo modelo é apontado:

[...] é necessário e urgente avançar na reconstitucionalização do país e permitir que outras forças sociais e correntes políticas se manifestem em defesa desta política. Só um regime baseado na ampla participação popular saberá enfrentar o desafio que o momento exige (MOVIMENTO, nº 23, dez./1975: 2).

Estavam lançadas as bases para o predomínio das concepções do PC do B, cujo Comitê Central, em janeiro de 1975, aprovava uma declaração reiterando a política de frente ampla contra a ditadura, em vigor desde a conferência de 1966, mas com mais ênfase nas lutas populares no campo legal, na luta pela anistia e por uma Constituinte. Tais propostas são as bases também para a crise⁵.

Em fevereiro de 1977, o *Ensaio Popular* intitulado *O acordo e o desacordo dentro da oposição* insinua a tese de aliança com setores da burguesia, incluindo a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte e abre a polêmica que culminará na cisão que levará à construção do EM TEMPO. Vejamos alguns trechos do artigo:

[...] uma parcela dos grandes empresários e fazendeiros pode apoiar o objetivo básico do programa oposicionista, que é a luta pela reconstitucionalização democrática do país. Confirma-se, desta maneira, que o leque oposicionista é amplo: começa com as correntes populares, [...], passa pelas correntes nacionalistas, que expressam as aspirações de pequenos e médios empresários urbanos e de lavradores mais ricos; e chega até as correntes liberais, representativas de setores dos grandes empresários e dos grandes proprietários de terra. [...] (MOVIMENTO, nº 86, fev./1977: 2).

O autor do ensaio conclui que nas condições do momento caberia à oposição popular uma luta em dois planos:

Ao lado das outras correntes oposicionistas, deve concentrar esforços na luta pela reconstitucionalização; ao mesmo tempo tem que realizar um trabalho próprio e independente de mobilizar as camadas populares em torno de suas reivindicações diretas e de elevar sua educação política e sua organização (MOVIMENTO, nº 86, fev./1977: 2, grifo nosso).

As contestações ao artigo não tardarão. Observe-se ainda que, embora as relações partido/sociedade estivessem em discussão, mantém-se o sentido de partido político enquanto uma vanguarda iluminadora. A discussão sobre este elemento ocupará lugar de destaque no EM TEMPO quando o processo de ruptura se completar. Por ora, essa visão vanguardista ainda não fora superada. Na coluna *Ensaio Populares* publicada sob o título *O Bacharel, o técnico e a participação popular* mais uma expressão desta permanência. Além de analisar a

⁵A coluna *Ensaio Populares* não foi publicada nos números 26; 27; 30; 33; 34; 37; 40; 42; 47; 50; 52. Até o fim de junho de 1976, oito números dedicam-se a temas diversos, tais como, analfabetismo, demografia e pobreza, superpopulação etc.

atuação dos parlamentares da oposição e o processo de criação de leis, indica quais os caminhos para resolver “qualquer” problema social:

[...] o verdadeiro caminho para resolver qualquer problema social, [...], começa pela mobilização dos interessados. É preciso ir até eles, [...], suscitar suas opiniões, [...]. A princípio suas sugestões podem parecer desencontradas, [...]; eles também precisam ser ajudados a elevar seu nível de consciência; mas, com o tempo [...] é daí que brotam as soluções mais justas e adequadas à realidade concreta [...] (MOVIMENTO, nº 87, fev./1977: 2, grifo nosso).

Uma permanência que faz sobressair o fato de tais elementos estarem na base da ruptura que leva à constituição do jornal EM TEMPO. Assim, já no editorial do número zero o jornal destaca a quebra do “aparente marasmo no qual estavam submersas a sociedade e suas diversas forças de oposição” (EM TEMPO, n. experimental, nov./1977), e o surgimento de um novo ator: os trabalhadores. No jornal tais atores protagonizarão a cena. Por outro lado, em 1977, a defesa da nova esquerda será a de uma “democracia de trabalhadores” e não mais de uma ditadura do proletariado. No nascimento do jornal EM TEMPO, no editorial do número zero, temos:

[...] Se a democracia hoje unifica a oposição, convém buscar algo além da palavra, dar-lhe um conteúdo. Historicamente, democracia é tão mais real quanto maior for a participação dos trabalhadores no processo político [...] (EM TEMPO, nº 0, dez/1977).

Na esteira de tal discussão, inicia-se o aprofundamento do debate sobre o vanguardismo.

[...] EM TEMPO não pode nem quer substituir os agentes transformadores da nossa realidade. Não representamos os trabalhadores, eles falam pela própria boca. [...] (EM TEMPO, nº zero, dez./1977, grifo nosso).

O jornal assume o compromisso de “subsidiar, [...], a articulação das forças oposicionistas” (EM TEMPO, nº zero, dez./1977). Nos números seguintes percebe-se a presença constante da discussão sobre a possibilidade de formação de novos partidos⁶. Assim, o artigo *A conjuntura e a oposição* propõe que um futuro partido de oposição deve ter um programa que “combine a luta pelas liberdades democráticas com a superação das contradições sociais e econômicas da atual sociedade; [...]” (EM TEMPO, nº 2, fev./1978: 3).

O dado novo na discussão é a efetiva abertura de espaços para os novos atores sociais que surgem no cenário brasileiro. Assim, enquanto no jornal MOVIMENTO os trabalhadores apareciam apenas como objeto de análises, no novo periódico estarão presentes de viva voz. Novamente por questões de espaço cito apenas um exemplo que pode ser visto na matéria intitulada *Os trabalhadores e as reformas*, que publica a opinião de vários

⁶O tema estivera presente também no número 1 (23/01/1978), na seguinte matéria: *Partido socialista poderá avançar o “sinal fechado”*.

trabalhadores a respeito das reformas políticas que estavam sendo anunciadas pelo governo (EM TEMPO, nº 36, mar./1976: 2).

A título de conclusão gostaria de salientar, por um lado, o caráter preliminar da pesquisa e, por outro, a possibilidade de explorar possíveis semelhanças entre o processo vivido pelas esquerdas brasileiras no exílio e aquele vivenciado no Brasil a partir do processo de abertura.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia Fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GARCIA, Marco Aurélio. **As Esquerdas e a Democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Marxismo e Democracia:** crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. **Debate no exílio:** em busca de renovação, s.d., (no prelo). _____, **Exílio:** entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Record, 1999.

FONTES: Coleções dos jornais **OPINIÃO** (1974); **MOVIMENTO** (1975/1976); **EM TEMPO** (1977/1978);